

JORNAL meionorte



TEMPERATURA: Máxima: 32°
Mínima: 23°

ANO XXII - Nº 8976 - TERESINA (PI), QUINTA-FEIRA, 23 DE FEVEREIRO DE 2017

VALORES: CAPITAL E INTERIOR: R\$ 2,00
OUTROS ESTADOS: R\$ 2,50



O POVO PERDE

O processo de subconcessão da Agespisa está parado esperando uma decisão do Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI). São quatro as decisões possíveis a serem tomadas pelo pleno da Corte de Contas. O TCE-PI pode anular tudo, o que seria a decisão mais radical; pode confirmar tudo desconsiderando as alegações da empresa perdedora; ou determinar a revisão da proposta técnica exigindo o saneamento de desvios apontados na auditoria técnica; ou ainda anular a proposta financeira apresentada pelas empresas diante da revisão da parte técnica. Mas o que se tem por hora é a certeza de que todo esse processo de paralisação só mal traz ao Piauí, que está impedido de usar dinheiro privado para investimentos que não tem condições de fazer. O povo vê cada vez mais distante o sonho de ver serviços de água e esgoto melhorarem na capital. Teresina e o Piauí, como um todo, estão perdendo feio para Timon, onde as autoridades públicas de todos os níveis esqueceram a disputa e saíram na frente com uma solução eficaz para dar ao povo um bem essencial à vida: água e esgoto. Não há interesses que podem ser maiores que o direito de um povo a algo essencial à sua vida. Só resta de tudo isso uma conclusão: quem está perdendo nesse jogo é o Piauí e o seu povo, todos reféns da decisão do TCE-PI.

SANTA CRUZ DO PIAUÍ

TCE decidiu suspender efeitos de decreto de emergência e não reconheceu a suspensão de pagamentos da gestão municipal com base em crise financeira

TCE rejeita decreto de emergência e suspensão de pagamentos

FRANCY TEIXEIRA
DE POLÍTICA

A Diretoria de Fiscalização da Administração Pública (DFAM), vinculada ao Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI), emitiu relatório sobre a auditoria feita no município de Santa Cruz do Piauí no que tange a publicação de decreto de emergência pelo prefeito no início de janeiro. Os auditores também analisaram o decreto sobre a suspensão do pagamento das dívidas dos exercícios anteriores na cidade.

O documento, publicado nesta quinta-feira, dia 23, recomenda o não reconhecimento do ato de emergência, concluindo que "não restou configurada a alegada situação emergencial que autorizasse a edição do Decreto, que é exceção no ordenamento jurídico pátrio, não se verificando, razão para sua existência, muito menos para que o mesmo produza efeitos".

Os técnicos indicaram ain-

da que é previsível que num ambiente de transição da gestão municipal o atual gestor se depare com situações atípicas e imprevisas que demandam providências imediatas e que devem ser solucionadas em harmonia com a Lei Nacional de Licitações e com os princípios básicos da Administração Pública.

O relatório sinaliza que esse cenário de possíveis dificuldades administrativas não é capaz por si só, de caracterizar um estado emergencial

Conselheiro Kleber Eulálio decidiu de forma monocrática suspender efeitos de decreto

e de exceção no ordenamento jurídico, sobretudo considerando-se que o processo de transição do Governo Municipal já havia sido deflagrado, mesmo com alguns percalços.

O Ministério Público de Contas (MPC) também se manifestou pelo não reconhecimento, indicando que não há a situação de emergência generalizada alegada pelo prefeito Barroso Neto (PTB), exceto situações pontuais. É importante salientar que o TCE já havia apontado para o não reconhecimento do decreto de emergência em 15 municípios.

O MPC emitiu parecer pelo não reconhecimento do decreto que suspende o paga-

mento de dívidas de exercícios anteriores e contratos/convênios administrativos, para o órgão, esta ação poderia, inclusive, causar mais prejuízo para os cofres públicos decorrentes de demandas judiciais posteriores por credores que se sentirem prejudicados.

Com as análises, o conselheiro Kleber Eulálio, em decisão monocrática, decidiu cautelarmente, determinar ao atual gestor do Município de Santa Cruz do Piauí, Francisco Barroso de Carvalho Neto, que se abstenha de realizar despesas com fundamento no decreto de situação de emergência e calamidade pública, determinando a sua citação para que tome ciência do inteiro teor da denúncia em comento, bem assim para que no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias úteis formalize a sua defesa, apresentando as justificativas e a documentação que entender necessárias.



BARROSO terá que sustar efeitos de decreto de emergência



O Ministério Público de Contas do Piauí (MPC/PI), por meio de seu procurador-geral Plínio Valente, solicitou ao Tribunal de Contas do Estado (TCE/PI) que determine aos gestores que tenham decretado calamidade, situação de emergência, atraso no pagamento de servidores ou dificuldade financeira, que se abstenham de realizar gastos com festividades carnavalescas. Por maioria, o TCE acatou a solicitação.

Diante da decisão, os municípios que descumprirem a determinação ficarão sujeitos a devolver o valor gasto e à possível reprovação de contas, conforme previsto na Lei Orgânica do TCE/PI (Lei nº 5888/2009).

O procurador-geral do MP de Contas do Piauí, Plínio Valente, conversou sobre o assunto com o site do **CNPGC**.

Por que a decisão do Tribunal em suspender festividades carnavalescas em municípios que decretaram situação de emergência é importante?

Plínio Valente – É importante porque garante uma ordem de prioridade nos gastos públicos. Quando se tem despesas com saúde, educação e outras que são mais importantes que o Carnaval, o gestor deve garantir a ordem de prioridades, ou seja, em primeiro lugar ele deve gastar com o que é essencial. No caso, saúde e educação. Se a receita pública for suficiente, então ele gasta com carnaval. Mas a importância é essa, estabelecer uma ordem de prioridades de bens públicos.

O que foi avaliado para que o MP de Contas fizesse esse pedido?

PL – O contexto é bem maior, que é a crise que o Brasil vive e que já se estende. Como é uma crise econômica, diminui então o volume de receita de todo Brasil, para todos os municípios. Nesse caso, é necessário que o Tribunal intervenha para que alguns bens primários da população, como segurança, saúde e educação, sejam garantidos.

Em que implicará essa decisão nas contas públicas municipais?

PL – Nós esperamos que os gestores tenham atenção a essa decisão, porque, caso contrário, no momento do julgamento das contas, isso será levado como um fator negativo que pode, inclusive, culminar na rejeição das contas. Mas espero que também haja uma mudança de cultura, um efeito extra, no sentido de que as festas carnavalescas sejam promovidas não com recursos do erário, mas com recursos de particulares, ou seja, com patrocínio. Aqueles que promovem festas carnavalescas que se preparem para elas com um ano de antecedência, para que não venham necessitar do poder público. É uma mudança cultural necessária e que seria um grande ganho para sociedade.

Essa decisão se estende a municípios onde o carnaval existe como festa tradicional?

PL – Realmente, há municípios que já têm uma tradição e, inclusive, nesses municípios, como Luís Correia, praticamente todo patrocínio é privado, então acredito que a tendência é essa, que os municípios, inclusive esses maiores, o poder público retire, não seu apoio, mas pelo menos a questão de transferência de receita pública. Mas, claro, oferecendo apoio logístico, com relação à questão da segurança, do saneamento básico, limpeza pública, isso o poder público pode de forma correta atender à população nesse período de carnaval. Certamente, nesse período aumentará o volume de lixo, a limpeza pública pode ajudar muito. Agora, em relação a transferir recurso público, a gente entende que deve haver uma mudança cultural nesse ponto.

23/02/17, 10:30

Wellington e Firmino se reúnem no Karnak e tratam sobre crise na Agespisa



Imprimir



O governador Wellington Dias (PT) e o prefeito Firmino Filho (PSDB) estão em reunião reservada no Palácio de Karnak nesta quinta-feira (23). Firmino Filho declarou ao Cidadeverde.com que uma das pautas será a administração da subconcessão da Agespisa.

Confira também

[Elivaldo Barbosa comenta reunião de Firmino Filho com secretários](#)

Firmino não quis dar detalhes, mas o encontro foi marcado um dia após o governador Wellington Dias dar declarações de que se pudesse entregar o problema da licitação da subconcessão, seria um problema a menos para ele.

Elivaldo Barbosa informa sobre reunião de Firmino Filho com partidos aliados

Elivaldo Barbosa comenta reunião de Firmino com bancada federal; mobilidade urbana será discutida

Elivaldo Barbosa comenta reunião entre W. Dias e Firmino Filho sobre subconcessão da Agespisa

"São vários problemas em comum que temos que enfrentar, como a questão da água e esgoto, da assistência social, além das obras de mobilidade urbana", falou sem se estender.

Sobre o prazo que deu até junho para que o governo resolva a questão, Firmino disse que só depois de conversar com o governador vai poder se manifestar sobre algum prazo.

O governador havia dito que está tentando resolver o problema, após Firmino ter estabelecido o prazo para que o governo conseguisse resolver a questão, cujo processo de liberação da licitação encontra-se esperando decisão no Tribunal de Contas do Estado.

Wellington Dias disse apenas que na audiência seriam tratados assuntos em comum com a Prefeitura. "Como a conclusão em comum de algumas obras, para vermos como poderemos trabalhar, a exemplo do anel viário, ponte do Meio, avenidas, ruas, sistema de integração de ônibus, com o objetivo de podermos tratar sobre um cronograma comum para ter compasso entre essas obras", declarou.

Link: <http://cidadeverde.com/noticias/242008/wellington-e-firmino-se-reunem-no-karnak-e-tratam-sobre-crise-na-agespisa>

22/02/17, 11:44

'Se pudesse passar Agespisa seria um problema a menos', diz governador



FACEBOOK



TWITTER



Imprimir

Fotos:

Wilson

Filho/Cidadeverde.com



Governador e vice-governadora

Confira também

Audidores do TCE recomendam ajustes no ato de subconcessão da Agespisa

Editais de licitação da subconcessão da Agespisa serão lançados em janeiro

Editais para subconcessão da Agespisa serão lançados este mês

Agespisa: Edital de subconcessão será lançado dia 20 de dezembro

O governador Wellington Dias (PT) declarou que se pudesse repassar os problemas da subconcessão da Agespisa para a Prefeitura de Teresina, isso seria um problema a menos para ele. No entanto, Wellington Dias afirmou que como governador do Estado busca uma solução e que está empenhado em resolvê-lo.

A declaração foi dada depois que o prefeito Firmino Filho (PSDB) afirmou que o problema da subconcessão não foi resolvido até junho, ele pensa em municipalizar o serviço.

O gestor estadual ressaltou ainda que o prefeito está correto em cobrar uma solução, porque é um processo que deveria estar sendo implantado desde o início do ano passado.

"O prefeito tem todo direito de querer a solução do sistema. Se eu pudesse do jeito que é, ruim como é, eu entregaria e seria um problema a menos para mim. Aliás já oferecemos para a Caixa Econômica Federal e para o BNDES e quando eles analisaram, preferiram não receber. Eu como governador estou apontando a solução e acho que pode ter muita gente interessada e na condição de governador estou muito empenhado em resolver isso", declarou Wellington Dias.



Nesta quarta-feira(22), o governador participou de uma solenidade da ampliação da ferramenta Mobieduca-me na escola Helvídeo Nunes, na zona Norte, onde também falou que ontem teve uma reunião no Tribunal de Contas da União (TCE) para pedir mais uma vez agilidade quanto a decisão da aprovação da licitação já realizada.

"O que pedimos é somente para que a decisão seja tomada o mais rápido possível, porque desde o ano passado que processo rola e caso seja aprovado, também há um prazo para fazer as transferências de cargos e os planos de atividades que acredito que em maio ou junho poderão estar começando. Com esses grandes investimentos, da ordem de mais de R\$ 1 bilhão que o setor privado quer aplicar", explicou o Wellington Dias.

Link: <http://cidadeverde.com/noticias/241927/se-pudesse-passar-agespisa-seria-um-problema-a-menos-diz-governador>